

Memórias de um  
**Galo de Briga**

UM POEMA EM PROSA  
DE  
ROSSINE CAMARGO GUARNIERI



Um libelo contra o ódio que leva os homens a promoverem  
lutas entre os animais ou a se digladiarem  
em guerras de aniquilamento.

Um hino em favor da Paz e da Concórdia entre os homens.

♦ ♦ ♦  
EDITORA BRASILIENSE LTDA.  
Rua Barão de Itapetininga, 93 — São Paulo  
Rua São José, 90 - Sala 2001 — Rio de Janeiro

GRAFICA URUPES LTDA.  
RUA PIRRÁ DO RIO, 336  
SAO PAULO

Preço: Cr\$ 20,00

15  
**brasiliense**

Roberto  
Sas Casas

# brasiliense

## SUMÁRIO:

### ENTRE OUTROS ARTIGOS:

- FERNANDO DE AZEVEDO — O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
- AMILCAR ALENCASTRE — Uma Sociologia da Humanidade Colonial
- CATULO BRANCO — As Vitórias do Socialismo
- CRUZ COSTA — O Pensamento Brasileiro na Primeira Fase do Século XX
- PINTO FERREIRA — Panorama da Sociologia Brasileira



15

## O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (\*)

O Manifesto em que se definiram os princípios e se fixaram as bases e diretrizes para a reforma do sistema da educação nacional, foi assinado por 26 educadores ou escritores altamente interessados pelos problemas do ensino no País. Pela autoridade dos que o subscreveram (e não de quem o pensou e redigiu); pela enorme repercussão que teve em todo o País, em cuja imprensa foi largamente discutido; por ter marcado uma época de renovação e aberto perspectivas a novas reformas escolares, orientadas, ao menos em parte, segundo os princípios nêles sustentados, constitui o Manifesto um documento histórico do que já não se pode subestimar a importância, seja qual fôr o ponto de vista que se tomar para sua apreciação ou seu julgamento. É, de fato, uma peça que define a posição e o pensamento avançado não só de seu autor como também de todo um grupo numeroso de intelectuais e educadores, representados por seus signatários, entre os quais se encontram os nomes dos grandes líderes da educação, como, entre outros, Anísio Teixeira, A. F. de Almeida Júnior e M. B. Lourenço Filho. Daí o alcance desse documento e a poderosa influência que exerceu, dividindo, como um *divortium aquarum*, a opinião pública

(\*) Comemorou-se no mês de dezembro o 25º aniversário de sua publicação.

e a dos educadores nas duas correntes que tomaram posição mais definidas em face desses problemas: a do pensamento conservador, se não reacionário, e a dos renovadores. Não foi, pois, sem razão, que desde logo se batizou como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Essas páginas, honradas com a adesão de mestres eminentes, longe de envelhecerem com os 25 anos que já decorreram da data de sua publicação, ainda são atuais e só ganharam com o tempo que se encarregou de justificá-las. Muitas das idéias que contém e foram tidas então por novidades perigosas, já passaram à linguagem corrente e à categoria de aspirações comuns, aceitas e defendidas por quase todos. Outras, certamente, ainda continuam a suscitar dúvidas e a levantar, embora sob formas mais atenuadas ou menos agressivas, as oposições que provocaram em 1932, criando à volta do Manifesto, ao ser lançado ao povo e ao governo, uma atmosfera de batalha. Mas a declaração de princípios ficou, e, em torno dela e sob sua inspiração, se agruparam velhos e novos educadores, empenhados nas mesmas lutas. É um marco que assinala não só uma revolução na história das idéias pedagógicas no Brasil, como também a transição (mais clara hoje do que naquela época), que esse documento reflete e explica, de uma civilização para outra. Se o impulso que imprimiu ao movimento de renovação e o interesse que despertou, pelo estudo dos nossos problemas educacionais, não forem detidos ou entravados, mais do que o têm sido, pela inércia conservadora, pode-se alimentar a esperança de um triunfo sobre a estagnação e a rotina, e de uma nova era de grandes realizações no plano da reconstrução educacional no Brasil.

Não só pelas idéias que contém o Manifesto, em que foram levantadas questões da maior relevância, como também pelo apoio sem reservas que essas idéias e os pontos de vista sustentados em face dessas questões receberam de brasileiros ilustres e educadores altamente reputados, já se vêem o alcance e a significação desse documen-

to, que tão fundamente repercutiu nos meios culturais do País. Para que se tenha uma idéia da repercussão que alcançou, bastará lembrar uma passagem do importante artigo, em que o grande jornalista Azevedo Amaral examinou o manifesto, sob um de seus aspectos principais, (in "O Jornal", do Rio de Janeiro, de 27 de março de 1932): "O mal-estar que oprime o País e se traduz em nostalgia de uma forma qualquer de organização política sistematizada e expressa na definição de princípios constitucionais, decorre (observa então Azevedo Amaral) da esterilidade intelectual do após-revolução, desapontando a expectativa pública de diretrizes novas que, mesmo quando fôsem violentamente audaciosas, seriam muito mais aceitáveis e menos perigosas que a estagnação de um país revolucionado, isto é, a posição insustentável de uma nação que rompe com o passado e fica perplexa entre as ruínas e um futuro para o qual não se atreve a caminhar. Para semelhante estado de coisas concorreu decisivamente a falta de iniciativa dos revolucionários intelectuais que nada fizeram no sentido de focalizar problemas e sobretudo de definir rumos nítidos para a sua solução. O grupo de educadores que acaba de lançar o manifesto, contendo o esboço de uma política educativa, abriu uma nova fase de ação construtora no domínio das idéias. Se o exemplo fôr imitado pelos responsáveis por outros setores da vida nacional, o Brasil poderá sair do hiato em que se acha encurralado, entre um regime destruído e um futuro obscuro e ameaçador." Estas palavras, que não perderam sua atualidade, mostram que o Manifesto ainda é e permanecerá um documento vivo e atual, enquanto a nação continuar "perplexa entre as ruínas de um passado e um futuro para o qual não se atreve a caminhar."

Não foi, porém, esse Manifesto que desencadeou o movimento de renovação educacional, cujas origens, no País, remontam aos primeiros anos posteriores à guerra de 1914-1918. Através de dificuldades e da maior de tô-

das, — a indiferença ou a incompreensão do meio, já se vinha desenvolvendo por essa época, que é a do primeiro surto industrial, para atingir o seu ponto alto no decênio de 1926 a 1935, que constitui a fase mais fecunda, e também a mais tempestuosa, desse movimento de idéias e de realizações. Quando, em 1932, foi lançado o Manifesto por um grupo de educadores, a aspiração de uma reforma profunda de todo sistema escolar, no seu espírito e em seus objetivos, na sua estrutura como em seus métodos, já era mais do que uma idéia em marcha, pois já havia passado da fase de agitação, na arena dos debates, para a dos inquéritos e investigações, e desta para o contato áspero com a realidade, em vigorosas iniciativas. Não foi, pois, o Manifesto causa mas efeito, — um dos mais importantes em que desfechou essa campanha que, ganhando intensidade, tendia a alargar cada vez mais o seu campo de ação. Ele refletia o movimento, e, traduzindo, em documento público, os princípios que o inspiraram, forneceu a bandeira que nos faltava. Mas é certo que lhe deu notável impulso, não só com lhe imprimir orientação mais nítida e firme como também sistematizando, organizando em corpo de doutrina os conceitos fundamentais em que se baseava esse movimento e as idéias diretrizes segundo as quais se conduzia ou pretendíamos orientá-lo. O que era ainda um pouco vago, impreciso e talvez obscuro, no espírito de muitos, tornou-se clara e corajosamente formulado nessa definição de princípios e de uma nova política educacional.

Antes de ser por mim redigido e lançado por um grupo de educadores, já se haviam registrado, em diversos pontos do País, alguns fatos da maior importância em que se anunciavam, no plano pedagógico, aspirações francamente renovadoras. Esta é uma história que ainda está por escrever. A Associação Brasileira de Educação, fundada no Rio de Janeiro e orientada por um punhado de educadores de primeira ordem, tendo à frente Heitor Lira, abriu caminhos, tomando a iniciativa de uma série

brilhante de Conferências Nacionais de Educação, das quais já se haviam realizado quatro, antes da publicação do Manifesto e a 5ª, que se reuniu em Niterói, em fins de dezembro de 1932, oito meses depois de ser divulgado esse documento, marcou época pelos seus resultados. Em 1927-1939 Carneiro Leão iniciava em Pernambuco uma série de reformas parciais no mesmo espírito inovador com que orientou diversas iniciativas tomadas por ele próprio de 1922 a 1926, no Distrito Federal, quando Diretor Geral da Instrução Pública. Em 1926 o autor deste trabalho realizava para "O Estado de S. Paulo" o mais largo inquérito que se tentou até hoje sobre a educação pública em S. Paulo, analisando e criticando, à luz das novas teorias pedagógicas e das novas condições sociais e econômicas, o sistema educacional do Estado, no conjunto de suas escolas de todos os tipos e graus (1.) Convidado, em janeiro de 1927, para assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, no Rio de Janeiro, não tardou a passar dos planos teóricos à realidade prática, do pensamento à ação, empreendendo em 1928, de acordo com seus princípios (os mesmos que defendera no inquérito de 1926 e mais tarde veio a propugnar no Manifesto de 32), uma reforma radical que tem o seu nome e com que se inaugurou uma nova política de educação no Brasil (2.) Ainda nesse período, anterior ao Ma-

(1) *Fernando de Azevedo — A educação pública em S. Paulo.* Problemas e discussões. Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926. Brasileira, Vol. 98. Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1937.

(2) *Manuel Bernárdez*, ex-Ministro do Uruguai no Brasil, escreveu a respeito dessa reforma e das iniciativas que dela resultaram: "A capital do Brasil está realizando, em matéria de ensino, o que nenhuma capital do mundo pôde ainda realizar." (*in Boletim de Educação Pública*, julho-setembro, Rio, 1930) "A reforma realizada no Distrito Federal, na opinião de *Geraldo Seguel*, não foi apenas a mais vigorosa e a mais fiel aos princípios da educação nova como também passou a ser o modelo para as outras." (*Geraldo Seguel*, da Escola Normal de Santiago, Chile, *in Revista Pedagógica*, dirigida por Lorenzo Luzuriaga, abril, 1931, Madri) "A reforma, — uma verdadeira revo-

nifesto, Francisco Campos, em Minas (1928.1930) reorganizava em novas bases o aparelhamento educacional naquele Estado e, como Ministro da Educação, reformava com largueza de vistas o ensino secundário e expedia o primeiro estatuto universitário da República, enquanto em S. Paulo Lourenço Filho, no mesmo ano, seguinte ao da Revolução de 30, — atacava reformas substanciais, criando, entre outras instituições, o Curso de Aperfeiçoamento do Professor Primário que mais tarde, em 1933, eu devia transformar, completando-o e ampliando-o, na Faculdade de Educação.

Nenhuma dessas obras e iniciativas, como a larga investigação sobre as instituições escolares de S. Paulo, em 1926, rompeu, porém, (segundo escrevi em um de meus livros) "como cogumelo sem raízes, aberto no monturo de decadências. Elas desabrocharam, frescas e vivas, de um sistema de idéias que constituíram uma política, coerente e orgânica, e cujas raízes se embebem no humo fértil desses estudos e daqueles debates." Era preciso, como então observamos, "recuar mais de 10 anos para termos as origens de um movimento cujo alcance não se podia prever", e "remontar à fonte de que desceu a torrente, engrossada, no seu curso, pelo afluxo das maiores forças espirituais da nova geração de educadores, brotadas em meios diversos mas impelidas mais ou menos na mesma direção" (3.) Desde 1920 esse estado de efervescência intelectual que se estendia pelos setores das artes, letras e educação, e tinha à sua base, como um de seus fatores principais, o primeiro surto industrial e o processo de

lução que se operou no país," segundo o julgamento de *Léon Walther*, professor do Instituto J. J. Rousseau, de Genebra. "Esta obra é certamente uma das mais notáveis de nosso tempo", escreveu *Ad. Ferrière*, diretor-adjunto do Bureau Internacional de Educação. (*Pour l'ère nouvelle*. Mai-Avril, Paris, 1931.)

(3) *Fernando de Azevedo — A educação pública em S. Paulo.* Problemas e discussões. Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926. Introdução, Brasileira, Vol. 98, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1937.

urbanização, observa-se com mais ou menos acuidade em dois ou três centros do País. A Reforma Sampaio Dória, em 1920, em S. Paulo; a famosa "Semana de Arte Moderna", em 1922; a inquietação pedagógica que então se manifestava, sobretudo em S. Paulo e no Rio de Janeiro, em conferências e debates e por uma reação crescente contra velhos ideais e métodos de educação; o inquérito sobre a educação pública em S. Paulo, em 1926, e reformas educacionais, como a do Distrito Federal (1928), considerada por Léon Walther "uma verdadeira revolução que se operou no país", eram, como se vê, outras tantas manifestações da força com que circulavam essas idéias renovadoras, nem sempre muito claras, em alguns desses empreendimentos, mas bastante vivas e fecundas para se despojarem de toda a ganga retórica e suscitarem o impulso necessário para a ação e as iniciativas criadoras.

A Revolução de 1930, removendo obstáculos e desbravando o terreno, não só facilitou, por vários modos, desenvolvimento e a propagação dessas idéias como também abriu perspectivas a obras de reconstrução, em todos os domínios no plano nacional. Essa revolução, — a maior que registra a nossa história, — foi, indiscutivelmente, nas palavras de Azevedo Amaral, "o movimento que até hoje maior agitação produziu na estrutura da sociedade brasileira" (4). O ritmo da evolução, nesse movimento de idéias, tinha de forçosamente precipitar-se, sob a pressão desse acontecimento e das mudanças que, em consequência, se operaram nas esferas políticas e administrativas como no plano econômico e social. Mas, como a "mentalidade revolucionária dos próprios chefes, civis e militares, da revolução e dos novos dirigentes da política do país se apresentava, nesse como em qualquer outro setor, hesitante entre os diversos caminhos a seguir, à procura de rumos

(4) Azevedo Amaral — *O Estado e a educação*. In "O Jornal", de 27 de março de 1932, Rio de Janeiro.

e sem programas precisos, foi reconhecida por todos os educadores, com responsabilidades nas campanhas anteriores, a necessidade de um Manifesto em que se definissem esses rumos e se firmasse a orientação de uma nova política educacional. O próprio Chefe do Governo Provisório, em sessão solene da Associação Brasileira de Educação, manifestou o desejo de conhecer claramente o que pensavam e queriam os educadores, e lhes dirigiu um apelo para que traçassem um plano para a reorganização do sistema de educação nacional, de acordo com as nossas aspirações e as exigências sócio-culturais do País. Daí, a idéia do Manifesto, não só oportuno mas necessário, que fui incumbido de planejar e redigir e que, tendo sido escrito de uma só mão, mereceu de todos a aprovação sem restrições. Era uma bandeira que se devia erguer, nas novas batalhas, de que já se travavam as primeiras escaramuças, e para as quais se mobilizavam, nos redutos do conservantismo, as forças organizadas da reação.

Mas não importava a luta que se avizinhava e tínhamos de enfrentar, na defesa intransigente de princípios fundamentais, já consagrados em reformas de que tivemos a iniciativa e a responsabilidade. Pois não é certo que a civilização técnica e industrial acarretou uma modificação intrínseca das condições sociais da vida do homem, e não só de seus estilos de vida como também de sua mentalidade ou de sua maneira de ver, pensar e reagir? O que pregamos até então, por cerca de 10 anos, não era a adaptação constante do sistema educacional à evolução do mundo e da sociedade em que vivemos, e em que as ciências e as suas aplicações técnicas assumem importância cada vez maior e têm um papel decisivo na economia e na cultura nacional? Podíamos concordar em parar dentro da escola, quando o mundo, em torno dela, já passava por transformações, bastante sensíveis para serem percebidas por qualquer observador mais atento, e que prenunciavam outras ainda mais extensas e profundas? "Instrumento para servir o homem e a humanidade, para as-

segurar a transmissão da herança humana e de suas aquisições mais seguras, a educação, como pondera Roger Gal, deve transmitir o passado, mas também preparar o futuro, pois ela forma os homens *não de ontem, nem mesmo de hoje, mas de amanhã.* Todos os nossos esforços se haviam concentrado, nas diversas iniciativas que tomamos, em formar o *homem novo para um mundo novo*, em transformar o aparelhamento educacional em um instrumento capaz de contribuir para que a cultura, o saber, — “a única riqueza que não diminui ao repartir-se,” — não seja um privilégio de minorias nem instrumento de opressão, mas um benefício ao alcance de um número cada vez maior e um fator poderoso de libertação tanto da ignorância e das superstições como da miséria e da escravidão sob qualquer de suas formas.

Se estes eram (como são ainda) os fins, podíamos estar tranquilos, pois que é “a altura dos fins” e a honestidade dos meios que fazem “o valor das lutas”, a grandeza das vitórias e a própria dignidade das derrotas. Lançado o Manifesto, para atender ao apêlo de uns e ao desafio de outros, se não nos faltaram incompreensões e hostilidades foram inúmeras as adesões provenientes de quase todos os Estados e altamente significativo o acolhimento, por parte da imprensa e dos meios educacionais, em que só nos surpreenderam o calor e o entusiasmo. “O Manifesto que Fernando de Azevedo acaba de redigir, pela liderança que lhe conferiu um grupo dedicado acima de tudo à construção educacional, seria por si só (proclamava Cecília Meireles) mais um passo à frente da situação em que nos achamos. Mais para frente e para dentro da luz. Os nomes que subscrevem essa definição de atitude são uma garantia de trabalho, de invulnerabilidade, de lucidez e de fé.” (5.) Este, o julgamento da grande poetisa e educadora, que, tendo assinado o do-

(5) *Cecília Meireles — O Valor dos manifestos.* In “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro, 19 de março de 1932.

cumento, se exclui por excessiva modéstia, dos demais que o subscreveram, quando se refere “a mérito e grandeza.” O plano da reforma educacional do Brasil, escrevia por sua vez Menotti del Picchia, poeta e romancista, “é o trabalho mais sério e gigantesco aparecido ultimamente entre nós”, e cuja publicação “assinala um dia novo em nosso calendário feito de tantas decepções.” (6.) Não pensava de maneira diferente Azevedo Amaral, que então escrevia diariamente em “O Jornal” o artigo de fundo. “Firmado por um grupo dos mais autorizados especialistas em assuntos de educação, o Manifesto (são estas, as suas palavras) constitui indiscutivelmente o primeiro pronunciamento de expoentes da cultura nacional, no sentido de determinar diretrizes nítidas à solução de um problema, neste período de necessária renovação da vida brasileira”. (7.) “É um trabalho de fôlego (acrescentava “O Estado de S. Paulo”), em que o grave problema é analisado sob todos os aspectos e se procura com o máximo cuidado a solução mais feliz que lhe deve ser dada.” Trabalho que “denota um alto sentimento patriótico e um conhecimento exato do problema da educação no Brasil”. (8.)

A essas e outras manifestações de apoio que recebemos de toda parte e de que não seria possível destacar senão algumas, não faltou a própria palavra oficial num comunicado do Ministério da Educação. “O documento em que uma plêiade de educadores fixou as bases para a reforma de nosso sistema de ensino, tendentes a encaminhá-lo à sua verdadeira função, utilitária nos seus objetivos e equitativa na distribuição de seus benefícios pela

(6) *Menotti del Picchia — Reconstrução Educacional.* In “Fôlha da Manhã.” S. Paulo, 23 de março de 1932.

(7) *Azevedo Amaral — O Estado e a Educação.* In “O Jornal”, do Rio de Janeiro, 19 de março de 1932.

(8) “*O Estado de S. Paulo*” — *Notas e Informações.* 22 de março de 1932.

(massa da população escolar, constitui um documento digno de registo pela sua oportunidade e significação." No julgamento ainda desse comunicado, "o manifesto dos educadores submete à apreciação dos estadistas o material indispensável para a justa apreciação do problema fundamental que conduzirá, resolvidas as suas incógnitas, à solução de todos os demais. Só essa circunstância afigura-se-nos bastante para imprimir um cunho de singular relevância à exposição que define o pensamento avançado dos intelectuais signatários daquela peça memorável." (9.) É claro que todo esse movimento de simpatias que despertou, proveio não somente do fato de se haver definido com firmeza, nesse documento, uma posição ou, se se preferir, uma das posições que se podiam tomar em face da extensão e complexidade do problema a resolver, uma e outra crescentes em consequência das mudanças que se produziram e se produzem no mundo atual. Todos já se sentiam fatigados de perplexidades e hesitações. O que também influiu poderosamente na repercussão que logrou o Manifesto, foi, de um lado, o reconhecimento da necessidade de adaptação do sistema educacional "à evolução que é a realidade mesma da vida e da história sob todas as suas formas", e, por outro lado, a preocupação que se teve e se revela, do princípio ao fim desse documento, de se submeter todo o plano de reconstrução educacional do Brasil a condições precisas, — sociais, econômicas, políticas e administrativas. É o que se pode observar da "nova política educacional", claramente definida, em suas linhas gerais, nesse esboço de um programa educacional extraído do próprio Manifesto:

I — Estabelecimento de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica, conforme as necessi-

(9) Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 21 de março de 1932.

dades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

a) a educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;

b) cabe aos Estados federais organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição e em leis ordinárias pela União a que competem a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora e estimuladora, coordenadora pelo Ministério da Educação;

c) o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as suas aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária, gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

II — Organização da escola secundária (de 6 anos) em tipo flexível, de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum, as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caracter técnico.)

III — Desenvolvimento da educação técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos de escolas: a) de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); b) industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); c) de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados), e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus de hierarquia industrial.

IV — Organização de medidas e instituições de psico-técnica e orientação profissional para o estudo prático do

problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

V — Criação de Universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a triplíce função que lhes é essencial, de elaborar ou criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos:

a) à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada;

b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);

c) à formação de profissionais em tôdas as profissões de base científica;

d) à vulgarização ou população científica, literária e artística por todos os meios de extensão universitária.

VI — Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

VII — Fiscalização de tôdas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o Estado na obra de educação e cultura, já com função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acôrdo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

VIII — Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de tôdas as instituições complementares periescolares e postescolares:

a) para a defesa da saúde dos escolares, como os serviços médico e dentário escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários e clínica, pelas clínicas escolares, colônias de férias e escolas para débeis) e para a prática de educação física (praças de jogos para crianças, praças de esportes, piscinas e estádios);

b) para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares, etc.);

c) para a articulação da escola com o meio social (círculos de pais e professores, conselhos escolares) e intercâmbio interestadual e internacional de alunos e professores;

d) e para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares, fixas ou circulantes, museus escolares, rádio e cinema educativo.)

IX — Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos êsses serviços possam ser

a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa;

b) estudados, analisados e medidos cientificamente, e portanto, rigorosamente *controlados* nos seus resultados;

e) e constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas, inquéritos, estatística e experiências.

X — Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, "em vista da seleção dos melhores", e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais.)

As campanhas da Associação Brasileira de Educação, em cujo grêmio se defrontavam duas correntes, diversas se não opostas, de pensamento; as Conferências Nacionais que promoveu, e, muito particularmente, a que se reuniu em Niterói em fins de dezembro de 1932, concorreram de modo notável para levar a debate o Manifesto, em alguns de seus pontos essenciais, e esclarecer sobre êles a opinião pública do País. Essa Conferência pode-se considerar a mais importante, pelos seus resultados imediatos, na linha do movimento, e a de maior repercussão entre tôdas que se realizaram, sob o patrocínio da Associação Brasileira de Educação. Foi nela, de fato,



que tomaram força, para se expandirem, algumas das idéias fundamentais do Manifesto; nela é que se discutiram e se assentaram as medidas de alcance prático para uma ação de maior envergadura junto ao Parlamento e aos governos; dela ou, mais precisamente, dos debates travados na Comissão dos 32 e nas Comissões Especiais, é que resultou o primeiro esquema de bases e diretrizes da educação nacional, inspirada no princípio de descentralização, segundo o qual, dentro do programa do Manifesto, compete aos Estados organizar, custear e ministrar os seus sistemas de ensino, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas pela Constituição Federal ou, por outras palavras, conforme as diretrizes a base de uma política nacional, fixadas pela União; nela, enfim, pelo contacto de delegados dos Estados e de numerosas associações, é que se alargou, mais do que em qualquer outra, "a zona de aproximação e de concordância dos espíritos em torno dos problemas de educação."

Tornando aos Estados que representaram na Conferência de Niterói, os delegados saíram a campo e entraram em ação para imprimirem impulso mais vigoroso ao movimento e transferiram à realidade os ideais que propugnaram ou a que deram sua adesão nesse Congresso memorável. Certamente, os resultados desses esforços ou das campanhas desencadeadas em diversos pontos do País, tinham de naturalmente variar conforme a largueza ou estreiteza de horizonte, a falta ou facilidade de relações, as dificuldades materiais do trabalho intelectual e, portanto, à maior ou menor resistência levantada pelas condições sócio-culturais do meio às idéias inovadoras. No Distrito Federal, porém, Anísio Teixeira (1932-35) continuou com vigor as reformas que empreendera e com que atingira todos os setores do ensino, criando a Universidade do Distrito Federal e inaugurando, como atividades normais e incorporadas ao sistema, instituições destinadas a pesquisas educacionais. Outro eminente educador, Lourenço Filho, com sua alta competência, e com a firmeza e

o equilíbrio que lhe são próprios, dava, por essa época, organização modelar ao Instituto de Educação criado por Anísio Teixeira e instalado nos edifícios que eu fizera projetar e construir na administração Antônio Prado Júnior (1926-30.) No Estado de S. Paulo, o sópro de renovação não se fez sentir com menos intensidade: procedemos em 1933 a uma reforma radical, — a mais profunda e extensa empreendida nesse Estado e corporificada no Código de Educação (21 de abril de 1933.) Por essa reforma que abrangeu o sistema da base à cúpula, a velha estrutura tradicional das Escolas Normais foi substituída por uma organização moderna em que, à base do novo curso de formação profissional do professor, se lançou o secundário fundamental, como primeira etapa do plano adotado para levar a preparação do professor primário a nível universitário. Ao mesmo surto inspirador, essencialmente realista, obedeceram duas outras iniciativas de suma importância: a criação, em 1934, no governo Armando de Sales Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a fundação da Universidade de S. Paulo.

Mas, enquanto no Distrito Federal, em S. Paulo e em alguns outros Estados, como o do Rio de Janeiro e o de Pernambuco, sob a direção de seus líderes, empreendiam os educadores seus trabalhos com um impulso e uma fé, de que ainda guardam a nostalgia, a Associação Brasileira de Educação empenhava-se a fundo, junto à Câmara de Deputados, para obter a inclusão, na Carta Constitucional, de resoluções tomadas na Conferência de Niterói, sob a inspiração do Manifesto. O papel da A.B.E. foi da maior relevância e extremamente eficaz nessa luta, áspera e difícil. Foi realmente devido aos seus esforços junto à Constituinte, que se introduziram na Carta Magna de 34 alguns dos princípios essenciais da nova política educacional e que tendo esses desaparecido na Carta outorgada, em consequência do golpe de Estado que instalou a ditadura, voltaram a figurar na Constituição de

1946. Se o que se conseguiu, era o mínimo que se podia pleitear, para se encaminharem no País reformas substanciais, inspiradas em idéias democráticas e impelidas por uma vontade precisa de justiça social, constituía ao menos um ponto de partida para uma nova política no plano educacional. Estamos, porém, ainda hoje, por assim dizer, na estaca-zero da fase posterior à vitória alcançada pelos educadores junto às duas Constituintes: a jornada, que podia ter-se iniciado desde 1934 ou ao menos a partir de 1946, nem sequer se rompeu, a despeito de esforços incessantes, devido ao fato de não se ter ainda decidido o Congresso a aprovar a lei complementar de bases e diretrizes da educação nacional. O que nas duas Constituições Federais se consagrou, tornou-se letra-morta, pela resistência obstinada de uns e pela inércia de outros.

A Constituição de 18 de setembro de 1946, segundo recapitula o Prof. Almeida Júnior, "atribui à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 5.º, XV, "d"). Estabelece também em seu título VI, Capítulo II (arts. 166 a 175) certas normas a respeito da educação e da cultura. Para o fim de estudar o assunto e propor o que parecesse mais acertado, o Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação no governo do General Gaspar Dutra, instituiu a "Comissão de Estudos das Diretrizes e Bases da Educação" (10.) Essa Comissão, constituída de 15 membros, — todos educadores, e dividida em três subcomissões especiais, encarregadas respectivamente do ensino primário, médio e superior, dedicou-se durante meses, em numerosas reuniões, à análise das questões relativas ao anteprojeto que se incumbira de elaborar. Foi relator geral Almeida Júnior que apresentou o relatório de seus trabalhos, "no qual procurou fixar o pensamento dominante entre os educadores que integraram aquêlo órgão." Aprovado o anteprojeto

(10) A. Almeida Júnior — *Problemas do Ensino Superior*. Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1956.

em sua redação final, foi êle remetido pelo Ministro da Educação ao Presidente da República que o encaminhou, acompanhado de importante mensagem, à Câmara de Deputados. O longo silêncio que pesou sobre a proposta governamental, não foi cortado senão pelo "parecer preliminar", de 1949, em que o Deputado Gustavo Capanema, como membro da Comissão Inter-Parlamentar de Leis Complementares, fez críticas severas ao Projeto Mariani, relativo às Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em resposta a êsse parecer e em defesa do projeto de que foi relator, Almeida Júnior publicou em "O Estado de S. Paulo" cinco artigos, dos quais o último, sobre o ensino superior, vem reproduzido em um de seus livros, em que são estudados com lucidez e segurança magistral, os problemas do ensino superior e universitário (11.) A história, aqui resumida, é muito curta, como se vê, mas desoladora: de 1947 a 1957 transcorre todo um decênio de expectativa, em que não se deu um passo adiante para cumprir expressa disposição constitucional, do mais alto interesse para a educação e conquistada a poder de esforços e entendimentos repetidos entre educadores e políticos.

Nada se fez nem se tentou, em matéria de organização, nesse largo período, que se caracteriza por um extraordinário crescimento quantitativo das instituições escolares mas também por uma total ausência de orientação. Enquanto se espera pela lei de bases e diretrizes, multiplicam-se escolas de todos os graus e tipos, como num amontoado; surgem propostas e leis, fragmentárias e dispersas, para se regularem setores determinados de educação, sem se atentar para as suas repercussões em outros domínios. Nenhuma política educacional preside a essa expansão quantitativa que se processa pela própria força das cousas ao capricho das circunstâncias ou sob

(11) A. Almeida Júnior — *Problemas do ensino superior*. Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1956.

a pressão nefasta de interesses políticos e eleitorais. Na época em que se lançou o Manifesto, exatamente no decênio (1926-1935) em que atingiu a maior intensidade a campanha de renovação educacional, o que tínhamos diante de nós, era um sistema consolidado de concepções e de idéias, — um sistema escolar, arcaico e ultrapassado, mas relativamente organizado e coerente, que se procurava combater e destruir, para se pôr em seu lugar outro mais ajustado às novas condições de vida social, econômica e cultural. O que temos, porém, agora, é uma organização ou, melhor, uma formação muito mais rica e complexa, que resultou, por expansão numérica e um crescimento anárquico, daquele mesmo arcabouço tradicional, já em processo de desintegração. Por isso, os problemas, longe de se tornarem mais fáceis de resolver, assumiram uma acuidade extrema e reclamam, para suas soluções adequadas em uma vasta reforma que abranja toda a estrutura da base ao ápice, um clima e um impulso semelhantes ao que conheceram os signatários do Manifesto.

Animava-nos em 1932 um ideal, sob cuja inspiração se mobilizavam forças e se promoviam reformas, mas não nos nutríamos de ilusões. O sentido do real sempre nos acompanhou de perto nos impulsos idealistas. Conscientes das dificuldades que se levantavam à execução dos mais audaciosos planos de reforma, não víamos nelas senão motivos para avançarmos na mesma direção. É que, em vez de construções arbitrárias, o que nos propúnhamos realizar, era um plano, orgânico e vivo, de base segura, porque adaptado às nossas condições reais e às necessidades do tempo; de linhas firmes, no seu travejamento, de objetivos claros do conteúdo doutrinário, social e político, que podia suscitar divergências, examinada de outros pontos de vista, mas de que não se podiam negar a coerência e a unidade. Num clima político em que predominavam as forças de estagnação, e, depois da Revolução de 30, as da desordem e do tumulto, a elite dos educadores cumpriu o seu dever e mostrou-se à altura do

tempo e de sua missão. As elites de hoje, políticas e educadoras, parecem, no entanto, hesitar não só diante da desordem que se instalou, — uma desordem por assim dizer “organizada”, — como em face dos redutos reacionários, de resistência às transformações escolares impostas pelas profundas mudanças que se produzem à volta de nós, em todos os domínios das atividades humanas. Não souberam ainda tomar um rumo nessa encruzilhada da educação entre dois mundos. Tendo diante de si diversos caminhos, — dois ou três, — um dos quais apontado no plano do Manifesto, não se decidiram por nenhum deles. Ora, como observa Forel, “a elite que capitula diante da sedição” (e, podemos acrescentar, diante de uma situação problemática, em crise aguda), “tem a sorte que ela merece.” É certo que, — nas palavras de Anatole France que não era, todavia, um sociólogo, — “as forças inumeráveis e profundas que ligam o homem ao passado, o fazem amar os erros, as superstições, os preconceitos e as barbáries, como garantias preciosas de sua segurança. Toda novidade benfazeja o espanta. É imitador por prudência e não se atreve a sair do abrigo vacilante que protege os seus pais e que vai desmoronar sobre ele.”

Mas, essas “forças inumeráveis e profundas” serão mais poderosas hoje do que o eram há um quarto de século, para manterem as elites atuais nesse estado de perplexidade e hesitação que conseguiram romper, avançando corajosamente para o futuro, as elites pioneiras de 1920-1935, quando apenas se iniciavam no País as transformações de toda ordem que se vêm operando nestes últimos vinte anos? Certamente, aos impactos das mudanças que se produziram com intensidade e num ritmo surpreendentes, deve ter-se atenuado a resistência oposta pela inércia cultural a uma nova concepção de vida e de cultura. O que antes, — logo após a primeira guerra mundial, — não passava de previsões que podiam escapar a muitos, já é agora uma realidade viva e concreta, que se impõe aos olhos de todos, e cujas conseqüências são

sentidas na própria carne pelas novas gerações. A nação não pode ignorar sua mocidade, que é a sua força e sua maior riqueza, nem menosprezar o desafio lançado pela sociedade em mudança que exige, para se reorganizar em bases novas, a formação e renovação de seus quadros culturais, científicos e técnicos. Não é esse um problema que se põe apenas para o Brasil e demais países latino-americanos, em geral tão desprovidos ainda de cientistas e engenheiros, sábios e professores, indispensáveis "para fazerem funcionar e progredir uma sociedade industrial moderna." Para países novos, como o nosso, ou velhas civilizações, como a Índia; para países economicamente subdesenvolvidos, que necessitam abrir um caminho novo a fim de se libertarem da opressão e da miséria, ou prósperos e poderosos, como os Estados Unidos, (12) a fim de manterem o seu lugar na competição econômica, este problema da educação e da cultura é uma questão de vida ou de morte. Progredir ou desaparecer.

(12) *Les nouvelles légions inquiètent les U.S.A.: l'armée des savants soviétiques.* in L'Express-Jeudi, 16 Février 1956, Paris.

## UMA SOCIOLOGIA DA HUMANIDADE COLONIAL

A 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, entre as inúmeras consequências que trouxe à civilização, produziu um fenômeno de caráter universal de tal transcendência que, não é temeroso afirmar, ser ele o seu mais importante e positivo legado. Se outras resultantes nos vieram da última guerra no campo da ciência, da técnica, da arte, da política e da economia, a grande conquista, a suprema conquista atingida, abrange, generosamente, todos esses campos, porque é de ordem imensamente moral e humana. Ela é a reabilitação histórica da humanidade perante si mesma. Falamos do espírito de emancipação que hoje domina todos os povos coloniais. Até antes da última guerra, o que se chamava "história da civilização" era apenas uma história exclusivista, uma história de algumas nações privilegiadas; preocupada somente com os acontecimentos europeus. Era o estágio da Idade Média na Europa. Era o estágio da Renascença, na Europa. Era o estágio da Reforma, na Europa. Era o mercantilismo; na Europa. Era a revolução industrial, na Europa e nos Estados Unidos, unicamente.

Na campanha de invasão do Egito o herói encontrado nos tratados de história é Lorde Kitchner, o comandante inglês. Mas quem é o verdadeiro herói? Kitchner que invadiu o Egito, com superioridade de armas, ou o sultão de Cartum que defendia bravamente sua pátria? Quem